

## MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS

## Termo de Referência 1/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	929770-MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS	MICHELLI TAVARES DE SOUZA MONICO	30/03/2026 16:30 (v 0.46)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		003/2026

## 1. Definição do objeto

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência o registro de preços para futura e eventual aquisição de **Medicamentos**, necessários para atender as necessidades dos pacientes do Hospital da Vida e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), ambas as unidades geridas pela Fundação de Serviços de Saúde de Dourados (FUNSAUD), de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

1.1.1. A aquisição de Medicamentos é de fundamental importância para garantir a continuidade dos serviços de saúde prestados pelas unidades hospitalares, assegurando o atendimento adequado, humanizado e oportuno à população. A disponibilidade regular e tempestiva de medicamentos é essencial para a eficácia dos tratamentos médicos, controle de patologias, prevenção de complicações e redução da morbimortalidade, sobretudo em contextos de urgência e emergência, como os atendidos nas referidas unidades. A ausência desses insumos compromete diretamente a qualidade da assistência e pode ocasionar desabastecimento, descontinuidade terapêutica e agravamento dos quadros clínicos.

## 1.2. Da natureza do objeto

1.2.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal Nº 786, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2021.

## 1.3. Da Modalidade da contratação

1.3.1. Será adotado a modalidade pregão, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, especificamente no artigo 6º e como procedimento auxiliar o Sistema de Registro de Preços (SRP), em atenção ao Art. 4 do Decreto Municipal Nº 2.881, DE 15 DE JANEIRO DE 2024, devido à natureza imprevisível da demanda. Essa modalidade permite a aquisição de forma parcelada atendendo às demandas necessárias durante o período de 12 meses.

## 1.4. Da Subcontratação

1.4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

1.4.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme demonstrado no ETP e Termo de Referência, trata-se de compra de medicamentos com fornecimento comum no mercado e amplamente comercializados por empresas do ramo, não apresentando apresentando portanto, complexidade técnica na execução contratual que justifique admitir a subcontratação.

## 1.5. A contratação não se dará em lotes.

## **1.6. Do tratamento diferenciado e da exclusividade**

**1.6.1.** Não será adotado o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006. Embora exista regulamentação legal que preveja a exclusividade para ME/EPP em contratações com valor de até R\$ 80.000,00 por item, tal medida, nesta licitação, não se mostra vantajosa para a Administração Pública. A imposição de exclusividade à participação de ME/EPP acarreta riscos significativos à eficiência do processo, como a elevação de preços devido à cadeia de revenda e a ausência de fornecedores aptos para determinados itens, como medicamentos oncológicos, o que pode resultar em itens desertos ou fracassados.

**1.6.2.** A reserva de até 25% dos itens para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) é a regra em licitações para bens divisíveis. No entanto, essa obrigatoriedade não é absoluta, cabendo à Administração justificar eventuais exceções, em observância ao princípio da isonomia e da obtenção da proposta mais vantajosa.

**1.6.3.** No presente caso, a aquisição refere-se a medicamentos, e a reserva de cota exclusiva para ME/EPP pode restringir a participação de fabricantes, distribuidores e empresas de grande porte, comprometendo a competitividade. Além disso, os custos operacionais, como tributos e logística, podem elevar os preços praticados pelas ME/EPP, tornando a aquisição menos vantajosa. Há ainda o risco de ineficácia do certame caso não haja fornecedores aptos a atender a demanda, resultando em licitação deserta ou fracassada.

## **1.7. Do critério de julgamento**

**1.7.1.** O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, nos termos do artigo 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando-se o atendimento integral às especificações técnicas e demais condições do Termo de Referência.

## **1.8. Da vedação à participação em consórcio**

**1.8.1.** Não será permitida a participação de empresas em consórcio, de acordo com o Decreto Municipal nº 2120 de 2023 (Art 16, inciso XVI), uma vez que o objeto não apresenta complexidade técnica ou vulto que justifique a atuação conjunta de empresas. A vedação busca preservar a competitividade e garantir a ampla participação de empresas habilitadas.

## **1.9. Da vedação à participação de Cooperativas**

**1.9.1.** Não será admitida a participação de cooperativas, visto que a exigência de assinatura e anuência de todos os cooperados em procedimentos contratuais, aditivos e pagamentos comprometeria a célere execução do objeto pretendido.

## **1.10. Modo de Disputa**

**1.10.1.** O modo de disputa da presente contratação será aberto e fechado, nos termos do artigo 22 do Decreto Municipal nº 2.129 /2023, conforme o inciso VIII do artigo 16 do Decreto Municipal nº 2.120/2023.

## **1.11. Do intervalo entre lances**

**1.11.1.** O intervalo mínimo entre os lances, tanto intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, será de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

## **1.12. Da ATA de Registro de Preço**

**1.12.1.** Não será admitida adesão à Ata de Registro de Preços.

**1.12.2.** O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços será a FUNSAUD, por meio do setor de Contratos.

**1.12.3.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, admitida a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021. A eficácia da Ata de Registro de Preços ficará condicionada à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como de seus eventuais termos aditivos.

**1.12.4.** Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser reestabelecidos os quantitativos inicialmente estabelecidos na licitação.

**1.12.5.** O contrato decorrente da Ata de registro de preço terá sua vigência estabelecida em conformidade com os dispositivos nela contidos, o prazo de vigência do contrato decorrente do sistema de registro de preços não se confunde com aquela da Ata de Registro de Preços.

## **1.13. Do Contrato**

**1.13.1.** O presente contrato terá vigência contada a partir da data de assinatura do contratante, cuja eficácia se dará a partir da divulgação do seu extrato no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e duração de 12 meses na forma dos artigos 94 e 105 da Lei Federal 14133/2021.

**1.13.2.** o prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente respeitada a vigência máxima decenal, mediante assinatura de termo aditivo entre as partes, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do contrato com justificativa por escrito em restrito observância dos art. 106 e 107 da Lei Federal 14133/2021.

## **2. Fundamentação da contratação**

**2.1.** Nas unidades da Fundação de Serviços de Saúde de Dourados – FUNSAUD, especialmente o Hospital da Vida e a UPA, há uma demanda constante e essencial de medicamentos indispensáveis à manutenção das atividades assistenciais, terapêuticas e emergenciais. Esses insumos são fundamentais para assegurar a continuidade dos tratamentos, o controle clínico das patologias e a segurança dos pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

**2.2.** A aquisição de medicamentos justifica-se pela necessidade de garantir o fornecimento regular e contínuo desses itens, de modo a atender prontamente às demandas clínicas e emergenciais das unidades sob gestão da FUNSAUD. O fornecimento adequado de medicamentos é condição indispensável para o funcionamento pleno dos serviços de saúde, influenciando diretamente a eficácia dos tratamentos e a qualidade da assistência prestada.

**2.3.** Ressalta-se que as unidades da FUNSAUD operam em regime de portas abertas, atendendo tanto a demandas espontâneas quanto a encaminhamentos de outros municípios da região. Essa característica assistencial dificulta a previsibilidade do consumo, uma vez que o número de atendimentos, internações e procedimentos varia conforme a gravidade e a complexidade dos casos clínicos. Assim, é imprescindível que a aquisição de medicamentos ocorra de maneira planejada e flexível, permitindo o abastecimento contínuo e ininterrupto das farmácias hospitalares e assistenciais.

**2.4.** Após a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, o Setor de Planejamento concluiu pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) como procedimento mais adequado para esta contratação, conforme os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Federal nº 11.462/2023. Essa escolha fundamenta-se na natureza contínua e variável da demanda, bem como na conveniência administrativa e econômica de realizar aquisições futuras e eventuais, com entregas parceladas conforme as necessidades das unidades de saúde.

**2.5.** Além disso, a FUNSAUD não dispõe de espaço físico suficiente para armazenar grandes quantidades de medicamentos, motivo pelo qual o Sistema de Registro de Preços se mostra a alternativa mais eficiente e racional para garantir o fornecimento regular durante a vigência da Ata, assegurando economicidade, eficiência e continuidade dos serviços de saúde.

## **3. Descrição da solução**

**3.1.** A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos padronizados, destinados às unidades de saúde sob gestão da Fundação de Serviços de Saúde de Dourados – FUNSAUD, especialmente o Hospital da Vida e a UPA.

**3.2.** A adoção dessa solução visa garantir o abastecimento contínuo e seguro dos estoques farmacêuticos, assegurando o atendimento adequado às prescrições médicas e evitando desabastecimentos que possam comprometer o tratamento de pacientes.

**3.3.** Os medicamentos a serem adquiridos constituem itens de uso essencial e recorrente nas unidades hospitalares, abrangendo setores de urgência, emergência, centro cirúrgico, UTI e demais áreas assistenciais. Dessa forma, a padronização e a conformidade técnica e sanitária dos produtos são fatores determinantes para assegurar a segurança terapêutica, evitar erros de medicação e garantir o cumprimento das diretrizes de farmacovigilância.

**3.4.** A contratação de empresa especializada também assegura que os produtos fornecidos estejam regularizados junto à ANVISA, com garantias de qualidade, rastreabilidade e procedência, em conformidade com as normas sanitárias e regulatórias aplicáveis.

**3.5.** A solução proposta contribui ainda para a otimização dos processos de aquisição e gestão de estoques, promovendo o uso racional dos recursos públicos e evitando interrupções nos serviços assistenciais. O planejamento via SRP garante transparência, previsibilidade e eficiência administrativa.

**3.6.** Portanto, a contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos representa a solução mais adequada e segura para atender à demanda recorrente das unidades da FUNSAUD, assegurando a continuidade do atendimento hospitalar, a segurança dos pacientes e a efetividade das ações de saúde pública.

## **4. Requisitos da contratação**

### **4.1. Requisitos Gerais**

**4.1.1.** A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos

- a)** Qualidade dos produtos: Os itens devem ser fornecidos em conformidade com as especificações de qualidade descritas no edital, atendendo aos padrões exigidos, observando as normas sanitárias e de segurança vigentes;
- b)** Condições ideais de qualidade: Os produtos fornecidos devem estar em condições ideais de qualidade, conforme as exigências de normas sanitárias vigentes, respeitando as especificações do edital;
- c)** Documentação e rastreabilidade: A empresa vencedora deverá fornecer nota fiscal, certificado de origem e/ou outro documento que comprove a qualidade e a rastreabilidade dos produtos fornecidos;
- d)** Comprovante de conformidade: A nota fiscal e/ou o certificado de origem será considerado como comprovante de conformidade dos produtos entregues, sendo exigido pela Administração para atestar a qualidade e a adequação dos itens fornecidos;
- e)** Produtos com defeito ou inadequados: Caso seja constatado fornecimento incompleto, inadequado ou com defeito nos produtos (como produtos danificados, fora da validade, ou com aparência inadequada), o fornecedor será convocado para substituir ou complementar os produtos no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da convocação pelo setor requisitante.

### **4.2. Sustentabilidade**

**4.2.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.2.1.1.** Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.
- 4.2.1.2.** Será exigida a Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente.

### **4.3. Da vedação de utilização de marca/produto**

**4.3.1.** Na presente contratação não será vedada nenhuma marca/produto desde que atendas as especificações e condições deste termo de referência.

### **4.4. Das Propostas**

**4.4.1.** As propostas deverão conter as especificações do medicamento cotado: o nome comercial, o nome do produto farmacêutico de acordo com a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou Denominação Comum Internacional (DCI), o nome do Laboratório fabricante de cada medicamento ofertado, composição dos produtos farmacêuticos, peso, volume líquido contido no frasco e quantidade de unidades por embalagem;

**4.4.1.1.** Os medicamentos cotados deverão estar obrigatoriamente registrados no Ministério da Saúde/ANVISA, pois nenhum medicamento, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde, conforme art. 12 da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976.

**4.4.1.2.** Caso o registro do produto esteja vencido e a empresa tenha protocolado sua revalidação sem que tenha sido publicada no Diário Oficial da União, a licitante deverá apresentar o registro anterior vencido ou a publicação do registro antigo na Imprensa Oficial, acompanhada, em ambos os casos, do protocolo de revalidação, sendo necessário que este tenha sido requerido no máximo até o primeiro semestre do último ano quinquênio de validade do registro, conforme disposto no art. 12, § 6º da Lei Nr 6.360/76, regulamentada pelo Decreto Nr 8.077, de 14 de agosto de 2013.

**4.4.1.3.** Os medicamentos entregues em seringa preenchida deverão apresentar dispositivo de segurança que atenda a NR32 Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde do Ministério do Trabalho e Emprego.

**4.4.1.4.** Caso nenhum dos fornecedores do certame apresente proposta de medicamentos na forma farmacêutica de comprimido com embalagem primária fracionável, poderá ser aceito a proposta do medicamento com embalagem primária não fracionável.

**4.4.1.5.** Não serão aceitos medicamentos manipulados, devido ao curto prazo de validade.

**4.4.1.6.** A proposta deverá conter ainda: Número do Registro na ANVISA; Quantidade do item fornecido por embalagem secundária (caixa) a fim de evitar o seu fracionamento na entrega. Caso alguma etapa do processo de produção do medicamento cotado seja terceirizada, o licitante deverá indicar, obrigatoriamente, a empresa encarregada, bem como o procedimento realizado.

**4.4.1.7.** A validade da proposta apresentada, não poderá ser inferior á 60 (sessenta) dias., conforme o inciso XII, art. 16, do Decreto Municipal nº 2.120/2023.

#### **4.5. Do Registro na ANVISA**

**4.5.1.** As empresas que participarem da licitação deverão obrigatoriamente anexar o Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde-ANVISA dos medicamentos, conforme Lei nº 6.360, 23 de Setembro 1.976, também do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, ou de sua publicação no Diário Oficial da União para os itens que apresentar cotação. Caso não haja obrigatoriedade do Registro (por dispensa ou isenção) identificar o item como isento. Tal documento deve impresso em papel timbrado da empresa, estar assinado e carimbado pelo seu representante legal.

**4.5.2.** A empresa deverá apresentar o registro constante no item 4.7. no prazo de 02 horas ao final da disputa para avaliação do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde-ANVISA dos produtos aos quais lhe foram adjudicados.

**4.5.3.** Será indicado servidores do setor de licitação, ou da área técnica afim de avaliar os registro apresentados, afim de analisar a validade do documento, descrição do produto em relação ao item licitados, marca em relação a proposta, bem como outras informações afim de averiguar se o mesmo atende ao descritivo previsto neste termo.

#### **4.6. Garantia dos itens contrato**

**4.6.1.** A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11 setembro 1990, conhecida como Código de Defesa do Consumidor (CDC), e suas alterações subsequentes.

**4.6.2.** Na substituição dos produtos fora da validade ou que apresentem defeitos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

**4.6.3.** A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos medicamentos porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

#### **4.7. Garantia da contratação**

**4.7.1.** Não será exigida garantia contratual, conforme os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o valor estimado da contratação é considerado que o fornecimento não envolve riscos que justifiquem a exigência de garantia.

#### **4.8. São obrigações do Contratante, além das prevista na lei 14.133/2021 (art. 92, X, XI e XIV):**

**4.8.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**4.8.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**4.8.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**4.8.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**4.8.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**4.8.6.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**4.8.7.** Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**4.8.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**4.8.9.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**4.8.10.** Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**4.8.11.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**4.8.12.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4.9. São obrigações do Contratada, além das prevista na lei 14.133/2021 (art. 92, XIV, XVI e XVII):**

**4.9.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**4.9.2.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante; Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**4.9.3.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**4.9.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**4.9.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos impróprios para consumo entregues;

**4.9.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros;

**4.9.7.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**4.9.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**4.9.9.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique durante execução do objeto contratual;

**4.9.10.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**4.9.11.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**4.9.12.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

- 4.9.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 4.9.15.** Realizar a entregas conforme estipulado no Termo de Referência;
- 4.9.16.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 4.9.17.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.9.18.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 4.9.19.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 4.9.20.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.9.20.1.** Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no art. 125 da Lei n. 14.133/2021; Responsabilizar-se por todas as despesas relativas aos materiais, mão de obra, fretes, transportes, impostos, taxas, ou quaisquer outros incidentes sobre o fornecimento;
- 4.9.20.2.** A licitante deverá entregar os materiais dentro das especificações contidas no Termo de Referência, responsabilizando se pela troca, no prazo de validade em caso de danificação do bem ou em sua embalagem, desde que a danificação na embalagem comprometa o uso futuro do bem em questão, independente do motivo alegado, conforme parecer técnico da unidade solicitante;
- 4.9.21.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e firmadas na sua proposta.
- 4.9.22.** Efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 4.9.23.** As obrigações constante a Ata de Registro de Preços - ARP constaram na minuta deste documento.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5.1. Forma de fornecimento.**

- 5.1.1.** O fornecimento do objeto será parcelado.

### **5.2. Condições de Entrega:**

- 5.2.1.** Os produtos deverão ser entregues 20 (vinte) dias a corridos a contar do prazo de recebimento da Ordem de fornecimento (OF), em remessa única do produto que consta na OF.
- 5.2.2.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

### **5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:**

**5.3.1.** Os medicamentos deverão ser entregues na Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF, das 07:00h às 17:00h, situada na Rua Manoel Rasselen, nº 545-C, Bairro 4º Plano, CEP 79813-070, no Município de Dourados/MS, nos quantitativos e condições especificadas no Pedido de Licitação, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota fiscal e/ ou Fatura), e serão recebidos por servidor integrante da Central de Abastecimento Farmacêutico da FUNSAUD, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

**5.4.** O prazo de validade dos itens, na data da entrega, deverá apresentar no máximo um 1/3 (um terço) do comprometimento de sua validade.

**5.5.** A entrega dos produtos se dará a partir da solicitação do setor competente da FUNSAUD, conforme sua necessidade.

**5.6.** O fornecedor está vinculado a fornecer estritamente os medicamentos discriminados neste termo de referência observando, principalmente sua dosagem, sob pena de rejeição, no ato da entrega da mercadoria em desacordo com o pedido de Licitação, contrato e ordem de fornecimento.

**5.7.** No caso de medicamentos interditados pela ANVISA, estes deverão ser substituídos imediatamente por outro lote, e em outros casos específicos, substituídos por medicamento ou material com a mesma ação terapêutica e mediante análise dos técnicos da FUNSAUD.

**5.8.** Os medicamentos que apresentarem recomendações preconizadas pelo fabricante sobre conservação em temperatura especial deverão ser transportados nessas condições.

**5.9.** Serão recusados os medicamentos que não atendam às especificações constantes neste processo de compra e/ou que não estejam adequados para uso.

**5.10.** O fornecedor ficará obrigado a trocar, sem ônus para a FUNSAUD, do produto que vier a ser recusado no prazo de 5 (cinco) dias corridos.

**5.11.** Todas as despesas relativas à entrega dos medicamentos dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrita aceita pela Administração sujeitar-se-á as penalidades impostas pela legislação vigente.

**5.12.** Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplica-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**5.13.** A ata não obriga a FUNSAUD a firmar contratações com o Fornecedor, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições.

### **5.14. Garantia do Objeto**

**5.14.1.** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **5.15. Critério e Aceitação do Objeto**

**5.15.1.** Os materiais deverão ser adquiridos de acordo com a Denominação Comum Brasileira (DCB), disponível no site [www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br) (art. 3º, caput, da Lei nº 9.787/1999), quando aplicável.

### **5.16. Registro Sanitário**

**5.16.1.** Nenhum medicamento pode ser fabricado, comercializado ou distribuído para uso sem o devido registro na ANVISA. Materiais sem registro ou com registro vencido devem ser comunicados à Vigilância Sanitária para recolhimento no mercado.

### **5.17. Registro na ANVISA**

**5.17.1.** Todos os Medicamentos, nacionais ou importados, deverão ser obrigatoriamente registrados na ANVISA. Na entrega, deverá ser apresentado o Certificado de Registro expedido pela ANVISA, conforme informado na proposta de preço. Para produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não exijam registro, deverá ser apresentado o Certificado de Dispensa de Registro.

**5.17.2.** Caso o registro esteja vencido, a contratada deverá apresentar a solicitação de revalidação feita ao Ministério da Saúde, acompanhada do registro vencido. A não apresentação do registro e do pedido de revalidação implicará a rescisão parcial ou total do contrato e aplicação de penalidades.

## 5.18. Embalagem e Rotulagem

**5.18.1.** Os Medicamentos não serão recebidos se as embalagens apresentarem sinais de violação, aderência ao produto, umidade ou inadequação em relação ao conteúdo, ou se não estiverem devidamente identificadas, conforme legislação vigente.

**5.18.2.** Os materiais com identificação em desacordo com a legislação vigente serão rejeitados no momento da entrega.

**5.18.3.** As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento, etc.).

## 5.19. Transporte

**5.19.1.** O acondicionamento e transporte dos Medicamentos devem seguir as normas preconizadas, protegendo os produtos contra poeira e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto.

## 5.20. Conformidade com Normas

**5.20.1.** O transporte deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade e integridade dos materiais, conforme Portaria nº 1.052/1998 e RDC nº 329/1999.

# 6. Modelo de gestão do contrato

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, devendo a empresa apresentar um responsável para medidas necessárias.

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº14.133, de 2021, art. 117, caput).

### 6.7. Fiscalização Técnica:

**6.7.1.** As atividades do fiscal técnico serão conduzidas de acordo com as diretrizes estabelecidas no Artigo 21 do Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023. Este artigo define que o fiscal técnico tem como atribuição principal o acompanhamento detalhado da execução do objeto contratual, assegurando que os serviços ou produtos entregues atendam aos requisitos técnicos especificados no contrato.

**6.7.2.** A Fiscalização Técnica ficará a cargo do Coordenador da Central de Abastecimento Farmacêutica: **Harrison Pedroso Renovato** e da Farmacêutica Responsável: **Ieda Paiva**.

### 6.8. Fiscalização Administrativa

**6.8.1.** As atividades do fiscal administrativo estarão em conformidade com o disposto no Artigo 22 do Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023. De acordo com esse artigo, o fiscal administrativo tem a responsabilidade de acompanhar a execução do contrato sob o aspecto administrativo, assegurando que todas as obrigações e formalidades legais e contratuais sejam cumpridas. Isso inclui a verificação do cumprimento de prazos, a conferência da documentação pertinente, o controle de pagamentos e a gestão de eventuais ajustes contratuais. O fiscal administrativo atua, assim, garantindo que o processo contratual transcorra de maneira eficiente, sem comprometer a legalidade, a transparência e o bom andamento das obrigações envolvidas.

**6.8.2.** A Fiscalização Administrativa ficará a cargo das funcionárias do setor de contratos: **Evelin Loana Magro Lino e Gisele Manvailer Silva.**

## **6.9. Gestor do Contrato**

**6.9.1.** As atividades do gestor de contrato estarão em conformidade com as disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023, Art. 20. Portanto, as ações e decisões do gestor de contrato deverão ser pautadas pelo que está previsto nesse decreto, visando à transparência e ao cumprimento das obrigações contratuais de maneira eficaz e legal.

**6.9.2.** A Gestão do Contrato ficará a cargo da Coordenadora de Gestão de Contratos **Leila Lara Silva Escobar Tavares.**

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **Recebimento:**

**7.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**7.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.3.** Os itens poderão ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.4.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.5.** O objeto será recebido definitivamente no prazo de 10 (dez) dias de forma sumária, contados do recebimento provisório, pelo fiscal técnico ou autoridade competente, após verificação de qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.5.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, VIII, Decreto Municipal nº 2.097, DE 23 DE MARÇO DE 2023);

**7.5.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**7.5.3.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

**7.5.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

**7.5.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.6.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto fornecido nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação:**

**7.7.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, do DECRETO Nº 2.894, DE 19 DE JANEIRO DE 2024.

**7.8.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**7.8.1.** O prazo de validade;

**7.8.2.** A data da emissão;

**7.8.3.** Os dados do contrato e do órgão contratante;

**7.8.4.** O período respectivo de execução do contrato;

**7.8.5.** O valor a pagar; e

**7.8.6.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.9.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação formal pela contratante, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

**7.10.** A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**7.11.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no procedimento de contratação, bem como ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**7.12.** Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.13.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.14.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento:**

**7.15.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 6º do DECRETO Nº 2.894, DE 19 DE JANEIRO DE 2024.

**7.16.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) - IPCA.

#### **Forma de pagamento:**

**7.17.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.18.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.19.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.20.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.21.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Forma de fornecimento:

**8.2.** O fornecimento do objeto será parcelado.

### Exigências de habilitação:

**8.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica:

**8.4. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.5. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.6. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.8. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**8.9. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**8.11. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

**8.12. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

**8.13. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

**8.14.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista:

**8.15.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.15.1.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.15.2.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.15.3.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.15.4.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.15.5.** Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**8.15.6.** Declaração de inexistência de fatos supervenientes e impeditivos a contratação com a administração pública. Declaração de Não emprego de menores;

**8.15.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.15.8.** Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas. Será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de acordo com o artigo 93 da Lei nº 8.213/91 Lei dos Benefícios da Previdência Social e artigo 63 inciso IV da Lei 14.133/2021.

**8.15.8.1.** A declaração apresentada deverá ser mantida válida durante toda a execução contratual, cabendo à contratada garantir cumprimento efetivo das obrigações legais relativas à reserva de cargos.

**8.16.** Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas, será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de não emprego de menores.

**8.17.** Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas, será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de inexistência de fatos supervenientes e impeditivos a contratação com a administração pública.

#### **Qualificação Econômico-Financeira:**

**8.18.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física ou jurídicas desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**8.19.** Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Crédito, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**a.** Caso não conste na Certidão o prazo de validade da mesma, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da sua emissão;

**b.** Na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial as licitantes poderão apresentar a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial positiva, devendo ainda, anexar algum dos seguintes documentos:

**(i)** Certidão emitida pela instância judicial competente, atestando que a empresa se encontra apta econômica e financeiramente a participar de certames licitatórios;

**(ii)** Comprovação do acolhimento judicial do plano de recuperação, nos termos do art. 58 da Lei n.º 11.101/2005 (em se tratando de empresas em recuperação judicial) ou:

**(iii)** Comprovação da homologação judicial do plano de recuperação (em se tratando de empresas em recuperação extrajudicial).

**8.20.** ALVARÁ SANITÁRIO OU LICENÇA SANITÁRIA, em vigor emitida pela autoridade sanitária municipal ou estadual (documento a ser emitido pela Vigilância Sanitária da sede da licitante), conforme o caso, segundo o que dispõe a Portaria nº 2814/GM de 29 de maio de 1998 Gabinete Ministerial/Ministério da Saúde.

**a)** Quando se mostrar inviável a apresentação do documento em questão, será admitida a apresentação de documento comprovando a renovação/prorrogação do prazo de validade do ALVARÁ/LICENÇA SANITÁRIA. Na ocorrência desta situação, a licitante deverá apresentar além do documento que esteja vencido, o outro documento que comprove a renovação/prorrogação do prazo de validade de seu documento (Alvará Sanitário ou Licença Sanitária).

**b)** Quando se tratar de empresa recém constituída será admitida a apresentação do protocolo de solicitação do documento (Alvará Sanitário ou Licença sanitária competente). Neste caso, o documento deverá ser apresentado ao Gestor do Contrato, quando solicitado, sob pena de ser punido com as medidas cabíveis.

- c) Nos casos em que a empresa licitante seja considerada isenta da apresentação do Alvará Sanitário ou da Licença Sanitária, a isenção deverá ser comprovada por meio de documento hábil.
- d) A não apresentação do documento (Alvará Sanitário ou Licença Sanitária) ou ainda da declaração ou protocolo de entrada/renovação, fará presumir que a licitante não possui o documento, ou que não possui condições de revalidação, o que poderá ser motivo da inabilitação da participante.
- e) Os termos, Alvará Sanitário ou Licença Sanitária significam a mesma coisa. A previsão das duas nomenclaturas se dá tão somente pelo fato de que há divergências de designação por localidade, contudo, a licitante deverá ter em mente que deverá apresentar um documento que comprove que ela adota as medidas cabíveis de asseio e vigilância sanitária no acondicionamento ou manuseio de seus produtos.

**8.21** Para os itens **12, 16, 17, 20, 24, 25, 29, 36, 49, 50, 51, 62, 63, 64, 71, 72, 73, 76, 77, 80, 81, 94, 112, 119 e 128**. Autorização de Funcionamento Especial emitido pela ANVISA, nos termos do artigo 2º da Portaria MS/SVS nº 344, de 12 de maio de 1998.

**8.21.1.** Os medicamentos controlados devem possuir Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) porque envolvem substâncias que apresentam risco à saúde pública, como potencial de dependência, abuso ou uso indevido. A AFE garante que apenas empresas regularizadas, com estrutura adequada e responsabilidade técnica comprovada, possam fabricar, manipular, armazenar e distribuir esses medicamentos. Dessa forma, o controle sanitário é reforçado, evitando desvios, falsificações e circulação irregular. Além disso, a exigência da AFE assegura o cumprimento da legislação sanitária e a proteção da saúde da população.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.864.345,10

- 9.1.** O custo total estimado para a contratação é de **R\$ 2.864.345,10**
- 9.2.** Os valores estimados estão compatíveis com o praticado no mercado, conforme demonstrado nas pesquisas de preços e Planilha de Orçamento Média, anexo aos autos deste processo.
- 9.3.** Foram realizados pesquisas de preços de acordo com o que dispõe do Decreto Municipal 787/2021 emitido pela Prefeitura Municipal que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e serviços pelo Município de Dourados e suas autarquias e fundações.
- 9.4.** A pesquisa de preços foi conduzida com base em diversas fontes de informação, incluindo o portal ComprasGov, a Transparência Brasil, o Banco de Preços, contrato público celebrado pela Administração e a Tabela CMED, a fim de assegurar a fidedignidade e a representatividade dos valores estimados. Segue, para fins de consulta, o link de acesso à Tabela CMED (<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/precos>). Ressalta-se, ainda, que, para alguns itens, não foi possível utilizar os valores identificados nessa tabela, uma vez que, ao aplicar o desvio-padrão, constatou-se elevação significativa dos preços, tornando-os incompatíveis e superiores aos valores obtidos nas demais fontes de pesquisa.
- 9.5.** Dos valores obtidos foram realizados o cálculo da média simples, desvio padrão, limite superior e inferior, e ao final a media saneada, realizando a exclusão dos valores que constam abaixo ou acima dos limites estabelecidos.

ITEM	CATMAT	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QTDE	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	268952	AZITROMICINA 500MG PÓ LIOFILIZADO SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	5.000	R\$ 12,30	R\$ 61.500,00
2	270612	BENZILPENICILINA BENZATINA; 1.200.000UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL	FRASCO-AMPOLA	4.000	R\$ 7,42	R\$29.680,00
3	269958	BROMOPRIDA; 5MG/ML AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	60.000	R\$ 1,25	R\$ 75.000,00

4	460699	CEFALOTINA SÓDICA 1 G; PÓ LIOFILIZADO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA	FRASCO-AMPOLA	30.000	R\$ 4,35	R\$ 130.500,00
5	442693	CEFAZOLINA 1 G; PÓ LIOFILIZADO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA	FRASCO-AMPOLA	30.000	R\$ 4,20	R\$ 126.000,00
6	442701	CEFTRIAXONA SÓDICA; 1G PÓ LIOFILIZADO INJETÁVEL ENDOVENOSO FRASCO-AMPOLA	FRASCO-AMPOLA	40.000	R\$ 4,33	R\$ 173.200,00
7	442701	CEFTRIAXONA SÓDICA; 1G PÓ LIOFILIZADO INJETÁVEL INTRAMUSCULAR FRASCO-AMPOLA	FRASCO-AMPOLA	2.000	R\$ 5,65	R\$ 11.300,00
8	292418	CIPROFLOXACINO; 2MG/ML BOLSA /FRASCO 100ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	BOLSA/FRASCO	6.000	R\$ 10,15	R\$ 60.900,00
9	363088	COMPLEXO B; AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	10.000	R\$ 1,04	R\$ 10.400,00
10	268252	DIPIRONA; 500MG/ML AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	180.000	R\$ 1,45	R\$ 261.000,00
11	268498	METRONIDAZOL 0,5% BOLSA 100ML SOLUCAO INJETAVEL	BOLSA	15.000	R\$ 3,96	R\$ 59.400,00
12	268481	MIDAZOLAM, MALEATO DE; 5MG/ML AMPOLA 3ML SOLUCAO INJETAVEL	AMPOLA	16.000	R\$ 2,46	R\$ 39.360,00
13	470124	OLEO DE GIRASSOL FRASCO 100ML	FRASCO	18.000	R\$ 3,83	R\$ 68.940,00
14	268160	OMEPRAZOL; 40MG/ML FRASCO-AMPOLA SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRASCO-AMPOLA	40.000	R\$ 8,31	R\$ 332.400,00
15	271724	PIPERACILINA SÓDICA + TAZOBACTAM SÓDICO; 2 G + 250 MG; PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA	FRASCO-AMPOLA	12.000	R\$ 22,05	R\$ 264.600,00
16	305935	PROPOFOL; 10MG/ML AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	10.000	R\$ 9,86	R\$ 98.600,00
17	305935	PROPOFOL; 10MG/ML AMPOLA 20ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	20.000	R\$ 9,42	R\$ 188.400,00
18	270220	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA; 100 MG; PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA	FRASCO-AMPOLA	20.000	R\$ 3,27	R\$ 65.400,00

19	268532	TENOXICAM; 20 MG; PÓ LIOFILIZADO INJETÁVEL UF: FRASCO-AMPOLA	FRASCO-AMPOLA	30.000	R\$ 5,76	R\$ 172.800,00
20	292382	TRAMADOL, CLORIDRATO DE 50MG /ML-2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	40.000	R\$ 1,46	R\$ 58.400,00
21	268374	ACICLOVIR; 250MG/G FRASCO-AMPOLA PÓ LIOFILIZADO	FRASCO	900	R\$ 7,06	R\$ 6.354,00
22	268372	ACICLOVIR; 400MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1.200	R\$ 1,06	R\$ 1.272,00
23	267507	ALBENDAZOL; 40MG/ML FRASCO 10ML EMULSAO	FRASCO	600	R\$ 1,21	R\$ 726,00
24	268378	ALFENTANILA; 0,544MG/ML AMPOLA 5ML INJECAO	AMPOLA	200	R\$ 19,07	R\$ 3.814,00
25	271357	ALPRAZOLAM; 0,5MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	1.020	R\$ 0,13	R\$ 132,60
26	446263	AMBROXOL, CLORIDRATO DE; 30MG /5ML FRASCO 120ML XAROPE ADULTO	FRASCO	1.000	R\$ 5,71	R\$ 5.710,00
27	267510	AMIODARONA; 200MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	2.000	R\$ 0,33	R\$ 660,00
28	271710	AMIODARONA; 50MG/ML AMPOLA 3ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	10.000	R\$ 2,83	R\$ 28.300,00
29	267512	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO DE; 25MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	3.000	R\$ 0,08	R\$ 240,00
30	271090	AMOXICILINA TRIIDRATADA; 250MG /5ML FRASCO 60ML SUSPENSÃO	FRASCO	2.100	R\$ 3,72	R\$ 7.812,00
31	271089	AMOXICILINA; 500MG CÁPSULA VIA ORAL	CÁPSULA	2.000	R\$ 0,26	R\$ 520,00
32	268896	ANLODIPINO, BESILATO DE; 10MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	6.000	R\$ 0,09	R\$ 540,00
33	267516	ATENOLOL; 25MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,06	R\$ 300,00
34	267140	AZITROMICINA; 500MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	15.000	R\$ 0,81	R\$ 12.150,00
35	270140	BIPERIDENO; 2MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	1.000	R\$ 0,27	R\$ 270,00

36	270138	BIPERIDENO; 5MG/ML AMPOLA 1ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	2.000	R\$ 2,24	R\$ 4.480,00
37	269956	BROMOPRIDA; 4MG/ML 20ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	1000	R\$ 2,22	R\$ 2.220,00
38	267613	CAPTOPRIL 25MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,06	R\$ 600,00
39	267565	CARVEDILOL 6,25MG; COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	2.520	R\$ 0,12	R\$ 302,40
40	267567	CARVEDILOL; 25MG COMPRIMIDO ADULTO	COMPRIMIDO	1.200	R\$ 0,16	R\$ 192,00
41	267625	CEFALEXINA; 500MG CAPSULA VIA ORAL	CAPSULA	3.480	R\$ 0,61	R\$ 2.122,80
42	269960	CEFOXITINA SODICA; 100MG/ML AMPOLA 10ML INJECAO	FRASCO-AMPOLA	1000	R\$ 10,29	R\$ 10.290,00
43	442709	CEFUROXIMA; 750MG PÓ LIOFILIZADO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA	FRASCO-AMPOLA	2.500	R\$ 7,46	R\$ 18.650,00
44	267151	CETOCONAZOL; 200MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	500	R\$ 0,40	R\$ 200,00
45	448845	CETOPROFENO; 50 MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL INTRAMUSCULAR AMPOLA 2 ML	AMPOLA	10.000	R\$ 1,37	R\$ 13.700,00
46	276377	CILOSTAZOL; 50MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	1.020	R\$ 0,31	R\$ 316,20
47	267632	CIPROFLOXACINO; 500MG COMPRIMIDO ADULTO	COMPRIMIDO	1.590	R\$ 0,20	R\$318,00
48	268439	CLARITROMICINA; 500MG; COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1.530	R\$ 1,94	R\$ 2.968,20
49	270118	CLONAZEPAM; 0,5MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	2.340	R\$ 0,08	R\$ 187,20
50	270120	CLONAZEPAM; 2,5MG/ML FRASCO 20ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	300	R\$ 2,22	R\$ 666,00
51	270119	CLONAZEPAM; 2MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	1.020	R\$ 0,07	R\$ 71,40
52	267164	CLORETO DE POTASSIO 6%, SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	600	R\$ 3,43	R\$ 2.058,00

53	268471	CLORIDRATO DE LEVOBUPIVACAÍNA; 5 MG/ML (0,5%); SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA 20 ML	FRASCO-AMPOLA	400	R\$ 29,26	R\$ 11,704,00
54	268504	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA; 2 MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	AMPOLA	23.000	R\$ 1,13	R\$25.990,00
55	267769	CLORIDRATO DE PROMETAZINA; 25 MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	AMPOLA	5.000	R\$ 2,89	R\$ 14.450,00
56	267768	CLORIDRATO DE PROMETAZINA; 25 MG; COMPRIMIDO REVESTIDO COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2.000	R\$ 0,17	R\$ 340,00
57	267644	DEXAMETASONA 0,5MG/ML FRASCO 120ML ELIXIR	FRASCO	1.000	R\$ 3,89	R\$ 3.890,00
58	269388	DEXAMETASONA 4MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	3.000	R\$ 0,44	R\$ 1.320,00
59	267643	DEXAMETASONA CREME 0,1% 10G	TUBO	1.000	R\$ 1,79	R\$ 1.790,00
60	267187	DEXAMETASONA 0,1%; FRASCO 5ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	90	R\$ 8,37	R\$ 753,30
61	298454	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG/ 5 ML FRASCO 120ML XAROPE	FRASCO	1.000	R\$ 2,27	R\$ 2.270,00
62	602763	DEXTROCETAMINA, CLORIDRATO 50MG/ML - 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	3.000	R\$ 16,83	R\$50.490,00
63	267197	DIAZEPAM; 10MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	6.000	R\$ 0,08	R\$480,00
64	267194	DIAZEPAM; 5MG/ML AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	14.000	R\$ 0,91	R\$ 12.740,00
65	270992	DICLOFENACO DE SÓDIO 50MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	1.620	R\$ 0,09	R\$ 145,80
66	352319	DICLOFENACO; 15MG/ML FRASCO 20ML GOTAS	FRASCO	500	R\$ 3,67	R\$ 1.835,00
67	267203	DIPIRONA; 500MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	15.000	R\$ 0,14	R\$ 2.100,00
68	267651	ENALAPRIL, MALEATO DE; 10MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,07	R\$ 350,00

69	267654	ESPIRONOLACTONA; 100MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	1.000	R\$ 0,62	R\$ 620,00
70	267653	ESPIRONOLACTONA; 25MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	3.500	R\$ 0,20	R\$ 700,00
71	270116	ETOMIDATO; 2MG/ML AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	2.800	R\$ 11,32	R\$ 31.696,00
72	267657	FENITOINA; 100MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,19	R\$ 950,00
73	267660	FENOBARBITAL; 100MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	1.600	R\$ 0,18	R\$ 288,00
74	267662	FLUCONAZOL; 150MG CAPSULA VIA ORAL	CAPSULA	2.700	R\$ 0,51	R\$ 1.377,00
75	271116	FLUCONAZOL; 2MG/ML BOLSA 100ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	BOLSA	1.200	R\$ 6,49	R\$ 7.788,00
76	268510	FLUMAZENIL 0,1 MG/ ML AMPOLA 5ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	500	R\$ 5,72	R\$ 2.860,00
77	273009	FLUOXETINA; 20MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	2.500	R\$ 0,10	R\$ 250,00
78	267328	FOSFATO DE SÓDIO MONOFÁSICO 160MG + FOSFATO DE SÓDIO DO BÁSICO 60MG FRASCO DE 130ML	FRASCO	1.000	R\$ 5,83	R\$ 5.830,00
79	267663	FUROSEMIDA; 40MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	14.000	R\$ 0,07	R\$ 980,00
80	268107	GABAPENTINA; 300MG CAPSULA VIA ORAL	CAPSULA	2.600	R\$ 0,30	R\$ 780,00
81	267669	HALOPERIDOL; 5MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,16	R\$800,00
82	267674	HIDROCLOROTIAZIDA; 25MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,06	R\$ 300,00
83	395730	HIDROXIDO DE ALUMINIO 60 MG/ML + MAGNESIO 40 MG/ML FRASCO 100ML	FRASCO	1.000	R\$ 2,84	R\$ 2.840,00
84	267676	IBUPROFENO; 600MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,19	R\$ 950,00

85	268331	IPRATROPIO, BROMETO DE FRASCO 20ML GOTAS	FRASCO	500	R\$ 1,43	R\$ 715,00
86	273395	ISOSSORBIDA, DINITRATO DE; 5MG COMPRIMIDO SUBLINGUAL	COMPRIMIDO	2.000	R\$ 0,66	R\$ 1.320,00
87	376767	IVERMECTINA; 6MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	2.000	R\$ 0,46	R\$ 920,00
88	383750	LACTULOSE; 667 MG/ML; XAROPE FRASCO 120 ML	FRASCO	550	R\$ 4,96	R\$ 2.728,00
89	268472	LEVOBUPIVACAINA 0,5% ISOBARICA AMPOLA 4ML INJETAVEL	AMPOLA	200	R\$ 10,94	R\$ 2.188,00
90	305270	LEVOFLOXACINO; 500MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	2.000	R\$ 0,73	R\$ 1.460,00
91	269845	LIDOCAINA; 10% FRASCO 50ML SPRAY	FRASCO	80	R\$ 36,47	R\$2.917,60
92	269846	LIDOCAINA; 2% TUBO 30GR GELEIA	TUBO	5.000	R\$ 5,11	R\$ 25.550,00
93	273413	LINEZOLIDA; 2 MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA 300 ML	BOLSA	1.000	R\$ 17,78	R\$ 17.780,00
94	267621	LITIO, CARBONATO DE; 300MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	1.000	R\$ 0,22	R\$ 220,00
95	273466	LORATADINA; 10MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	2.000	R\$ 0,12	R\$ 240,00
96	268856	LOSARTANA POTASSICO; 50MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	16.000	R\$ 0,06	R\$960,00
97	292237	MESALAZINA; 400MG COMPRIMIDO ADULTO	COMPRIMIDO	500	R\$ 0,65	R\$ 325,00
98	267691	METFORMINA; 850MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	2.000	R\$ 0,14	R\$ 280,00
99	267688	METILDOPA; 250MG CAPSULA VIA ORAL	CAPSULA	510	R\$ 0,86	R\$ 438,60
100	273404	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA; 10 MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	AMPOLA	600	R\$ 2,55	R\$ 1.530,00
101	270557	N-ACETILCISTEINA; 5G/200MG ENVELOPE 5GR GRANULADO	ENVELOPE	5.000	R\$ 0,64	R\$ 3.200,00

102	394662	NEOMICINA + BACITRACINA 5MG/G TUBO 15GR POMADA	TUBO	2.000	R\$ 2,45	R\$ 4.900,00
103	267728	NIFEDIPINA; 10MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	3000	R\$ 0,14	R\$ 420,00
104	273710	NIMESULIDA; 100MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	7.000	R\$ 0,10	R\$ 700,00
105	273711	NIMESULIDA; 50MG/ML FRASCO 15ML GOTAS	FRASCO	500	R\$ 2,45	R\$ 1.225,00
106	270007	NIMODIPINA; 30MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	4000	R\$ 0,98	R\$ 3.920,00
107	266788	NISTATINA; 100.000 UI/4G; CREME VAGINAL BISNAGA 60 G	TUBO	2.000	R\$ 6,72	R\$ 13.440,00
108	233632	OLEO MINERAL SOLUCAO ORAL; FRASCO 100ML	FRASCO	500	R\$ 3,26	R\$ 1.630,00
109	267713	OMEPRAZOL; 40MG CAPSULA; EMBALADO EM BLISTERS	CAPSULA	15.000	R\$ 0,29	R\$ 4.350,00
110	268513	OXACILINA SÓDICA; 500 MG; PÓ LIOFILIZADO INJETÁVEL FRASCO- AMPOLA	FRASCO- AMPOLA	5000	R\$ 3,99	R\$ 19.950,00
111	267778	PARACETAMOL; 500MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	4.000	R\$ 0,09	R\$ 360,00
112	268149	RISPERIDONA, 2MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	3.000	R\$ 0,12	R\$ 360,00
113	449023	SACCHAROMYCES BOULARDII, 200MG CAPSULA VIA ORAL	CAPSULA	2.000	R\$ 2,15	R\$ 4.300,00
114	449022	SACCHAROMYCES BOULARDII; 100MG CAPSULA VIA ORAL	CAPSULA	2.000	R\$ 1,05	R\$ 2.100,00
115	449023	SACCHAROMYCES BOULARDII; 200MG SACHE	UNIDADE	5.000	R\$ 2,28	R\$ 11.400,00
116	268302	SALBUTAMOL; 2MG/ML FRASCO 100ML XAROPE	FRASCO	300	R\$ 1,79	R\$ 537,00
117	267745	SINVASTATINA; 40MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDO	2.000	R\$ 0,14	R\$ 280,00
118	272089	SULFADIAZINA DE PRATA, POTE 400GR CREME	POTE	500	R\$ 33,89	R\$ 16.945,00

119	304871	SULFATO DE MORFINA; 10 MG/ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	AMPOLA	10.000	R\$ 2,46	R\$ 24.600,00
120	269818	SULFATO DE TERBUTALINA; 0,5 MG /ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA_1 ML	AMPOLA	5.000	R\$ 1,46	R\$ 7.300,00
121	345259	TARTARATO DE METOPROLOL; 1 MG /ML; SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	AMPOLA	1.000	R\$ 15,22	R\$ 15.220,00
122	278283	ACETAZOLAMIDA; 250 MG; COMPRIMIDO. UF: COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2.500	R\$ 0,62	R\$ 1.550,00
123	342903	CONTRASTE IOBITRIDOL 300MG/ML - 50ML - FRASCO/AMPOLA	FRASCO /AMPOLA	400	R\$ 81,66	R\$ 32.664,00
124	271790	FENILEFRINA; FRASCO 5ML GOTAS	FRASCO	50	R\$ 32,83	R\$ 1.641,50
125	268395	ANFOTERICINA; 50MG/G FRASCO-PO PO LIOFILIZADO	FRASCO	725	R\$ 31,64	R\$ 22.939,00
126	267642	COLCHICINA; 0,5MG COMPRIMIDO VIA ORAL	COMPRIMIDOS	1000	R\$ 0,31	R\$ 310,00
127	268243	DEXAMETASONA; 0,1 MG/ML; SOLUÇÃO ORAL. UF: FRASCO 120 ML	FRASCO	100	R\$ 2,80	R\$ 280,00
128	286632	SULPIRIDA; 200 MG; COMPRIMIDO. UF: COMPRIMIDO_	COMPRIMIDO	1000	R\$ 1,32	R\$ 1.320,00
129	268264	METILERGOMETRINA; 0,2MG/ML AMPOLA 1 ML SOLUCAO INJETÁVEL	AMPOLA	200	R\$ 2,22	R\$ 444,00
130	484925	HIDROGEL COM ALGINATO DE PRATA E SÓDIO – GEL TRANSPARENTE E INCOLOR COMPOSTO POR AGUA, GEL AMORFO TRANSPARENTE, HIDROATIVO, COM CARBOXIMETILCELULOSE, ALGINATO DE CALCIO E SODIO. TUBO 85G	TUBO	50	R\$ 18,15	R\$ 907,50
VALOR TOTAL						R\$ 2.864.345,10

## 10. Adequação orçamentária

**10.1.** Em contratações que utilizam o Sistema de Registro de Preços, são dispensados da instrução do Processo os atestados sobre a existência de créditos, conforme dispõe no artigo 21 §1º do DECRETO Nº 2.120, DE 28 DE MARÇO DE 2023:

**§ 1º** Nas licitações para registro de preços é dispensado o atesto da existência de créditos orçamentários, sendo suficiente a indicação do código do elemento de despesa correspondente.

**10.2.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, de repasses financeiros feitos pela Secretaria Municipal de Saúde de Dourados (Fundo Municipal de Saúde) à Fundação de Serviços de Saúde de Dourados - FUNSAUD, por meio da dotação abaixo discriminada:

**10.2.1.** Dotação Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, Contrato de Gestão nº 209/2022/SEMS/PMD de 08/2022 (PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 174/2022 Inexigibilidade de Licitação nº 007/2022).

## **11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**J)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

**11.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Multa, nos termos do art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas, previstas no artigo 155 da Lei 14.133/2021;
- iii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" "d" "e" "f" e "g" do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iv. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j" e "k" do subitem acima deste termo de referência, bem como nas alíneas "b", "c" "d" "e" "f" e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.3.** Por atraso injustificado na execução do contrato:

- a) Multa moratória não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento), por dia, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

**11.4.** Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento:

- I. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto.
- II. Em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.
- III. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) por dia sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento dos prazos relativos à apresentação, suplementação ou reposição da garantia contratual;
- IV. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**V.** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

**VI.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

**VII.** Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

**VIII.** Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

**IX.** Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1 a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

- a)** Advertência, por escrito, nas faltas leves.
- b)** Multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora.
- c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 03 (três) anos.
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**11.5.** A multa de mora será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no edital e/ou contrato.

**§ 1º** Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido, o gestor do contrato deverá comunicar ao Setor Demandante, motivadamente, se persiste o interesse na contratação.

**§ 2º** A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a rescisão unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação vigente.

**§ 3º** A multa compensatória será aplicada em razão da inexecução, parcial ou total, do objeto contratado e poderá ensejar a extinção do contrato nos termos do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

**11.6.** A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.6.1.** Todas as sanções previstas neste termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.6.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**11.6.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.6.4.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**11.7.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.8.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.9.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**11.10.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.11.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PCA**

**12.1.** No ano 2025 não foi elaborado um Plano Anual de Contratações, para ser executado em 2025, portanto, não houve planejamento para a contratação de Medicamentos.

**12.2.** A elaboração do Plano de Contratações Anual da Fundação de Serviço de Saúde de Dourados, para o ano de 2025 não foi concluída com ausência de regramento municipal competente e com falhas por não abranger a totalidade de gastos previstos para o presente ano.

**12.3.** Em 08 de agosto de 2025 foi publicado o Decreto nº 357, dispondo sobre o Plano de Contratações Anual de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Administração Pública Direta e Fundacional do Poder Executivo Municipal.

**12.4.** O referido Decreto dispõe em seu artigo 20, que o mesmo passará a vigor em 01 de janeiro de 2026, estando pois em vacatio legis, ou seja, sem um Decreto Municipal regulamentador para 2025, dessa forma a FUNSAUD, não elaborou PCA para ser executado em 2026.

**12.5.** Assim sendo, em atenção ao Decreto 357 de 08 de agosto de 2025, a Fundação de Serviços de Saúde de Dourados, elaborará seu Plano de Contratações Anual, em 2026 para valer no ano de 2027.

## **13. Do reajuste**

### **Da Ata de Registro de Preços**

**13.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, a contar da publicação do orçamento da Administração, de acordo com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

**13.2.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

**13.2.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**13.2.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

**13.2.3.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

## **Do Contrato**

**13.3.** O preço permanecerá fixo e irrevogável durante a vigência do Contrato, salvo se em decorrência de prorrogação de prazo de vigência ultrapassar 12 (doze) meses.

**13.4.** Havendo a ocorrência do item anterior, o saldo contratual será reajustado aplicando-se o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**13.5.** Para aplicação do índice será considerado a data-base do orçamento estimado desde que decorrido 12 (doze) meses, e que a Contratada solicite formalmente dentro do prazo de até 30 (trinta) dias do 12º (décimo segundo) mês, renunciando ao reajuste caso não o faça.

**13.6.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**13.7.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**13.8.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**13.9.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**13.10.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**13.11.** O descumprimento de cronograma físico-financeiro, se houver, por responsabilidade da Contratada, bem como de outras obrigações, ensejará a não concessão de reajuste anual.

**13.12.** O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

### **13.13. Da Revisão/Reequilíbrio**

**13.13.1.** Caso ocorra o desequilíbrio econômico durante a vigência contratual, a Contratada poderá requerer formalmente à Contratante a revisão dos valores pactuados.

**13.13.2.** Para tanto, deverá relatar em detalhes os fatos (imprevisíveis ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, superveniente ao originalmente contratado), anexando documentos que comprovem o alegado desequilíbrio, informando ainda, o valor pleiteado.

## **14. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Elaborado por:

**HARRISON PEDROSO RENOVATO**

Coordenador de Almoxarifado



*Assinou eletronicamente em 30/03/2026 às 11:52:42.*

Despacho: Elaborado por:

**IEDA PAIVA**

Farmacêutica



*Assinou eletronicamente em 30/03/2026 às 11:57:01.*

Despacho: Elaborado:

**ANDRE GONCALVES SANCHES PEREIRA**

Analista de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 30/03/2026 às 11:53:15.*

Despacho: Revisado por:

**MARCIO ROMEIRO DE AVILA**

Coordenador de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 30/03/2026 às 14:48:55.*

Despacho: Autorizado por:

**MARIA IZABEL DE AGUIAR**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 30/03/2026 às 16:30:43.*